

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ANTROPOFAGIA: ESTÉTICA E POLÍTICA

HERMAN OLIVEIRA

Este trabalho de pesquisa busca entender a pluralidade da educação ambiental, em função das diferentes racionalidades que lhe dão sustentação. Entendendo que a degradação ambiental é natural e cultural observamos como a antropofagia oswaldiana se insere como resistência de maneira muito semelhante à Educação Ambiental que tenha no Tratado de Educação Ambiental sua base estética e política, como discurso e prática. A metodologia utilizada para esta pesquisa é de cunho fenomenológico merleau-pontyano no entendimento da percepção individual e de vivências dialógicas. Num cenário de crise socioambiental há respostas de fraco alcance por parte de setores que fazem ou devem fazer educação ambiental (terceiro setor, governo e academia). Ações diferenciadas sugerem inovações dentro de estruturas semelhantes. À diferença entre uma ação e outra denominamos Educação Ambiental Antropofágica.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Antropofagia; Arte.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental desde os marcos legais e históricos tem assumido posicionamentos distintos (muitas vezes antagônicos) em função da atuação de seus diversos e diferentes sujeitos. Ela se move dentro de uma estrutura organizacional que a recebe: governos e suas instâncias/agências; terceiro setor; empresas; e universidades que ora se aproximam, ora se distanciam das discussões que relacionam campos diversos de maneira dicotômica ou em níveis de complexidade.

As formas comumente (mediaticamente?) conhecidas de educação ambiental atuam no âmbito escolar em projetos de reciclagem e reutilização (vide Pedagogia dos R's); em projetos ambientais implementados por consultorias de instituições do terceiro setor; normas ambientais aplicadas a programas ambientais em função de empreendimentos de qualquer ordem (empresas); e no direito positivado (normas e leis). Porém, o que se vê é que essas ações e campos nem sempre contemplam uma visão complexa de ambiente, mas subjazem à dicotomia humano-natureza.

Contrariamente, um dos documentos de referência da Educação Ambiental (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global) aponta, num entrelaçamento maior, as relações indissociáveis entre cultura e

natureza tanto no enfrentamento aos desafios postos à educação ambiental ou outras áreas do saber e da militância, quanto como uma resposta à cultura dominante na sociedade de consumo.

Num cenário de fortalecimento e enraizamento do capitalismo nas metrópoles uma nova ordem no campo pode ser percebida como reflexo e, claro, em territórios de comunidades e povos tradicionais. De acordo com Lefebvre (1969) a pressão da cidade e da urbanidade sobre o campo e a ruralidade se dá através de sistemas urbanos: objetos e valores.

Segundo Bauman (2003), os processos de construção e manutenção das comunidades requerem condições de comunicação bastante específicas e particulares. Suas tessituras interativas e comunicacionais, ao mesmo tempo em que respondem de maneira bastante eficiente nos processos de socialização dos indivíduos a partir de aparatos dialógicos (BERGER, 1985), também possui fragilidades em relação às pressões dos sistemas urbanos em contínua e forte ação sobre a ruralidade (LEFEBVRE, 1969).

Em resumo: as questões ambientais se avolumam como problema de diferentes ordens e em diferentes setores da sociedade, constatados pela Avaliação Ecológica do Milênio, nos últimos 60 anos, os índices de degradação nunca foram tão altos em termos sociais, culturais e ambientais.

Por outro lado, numa perspectiva socioambiental complexa, outras formas de fazer e conceber educação ambiental entrelaçam aspectos inovadores que não prescindem da atuação política (movimentos ambientalistas, Conselhos de Meio Ambiente, Órgão Gestor de Educação Ambiental), incorporam aspectos normalmente negligenciados na modernidade (arte, mitologia, grupos sociais, identidade) e agem na constituição de marcos legais (Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, por exemplo). Percebemos estas ações como alternativas de organização (principalmente em rede) e reorganização dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, órgãos oficiais e socioambientalismo que têm buscado criar alianças e espaços de diálogos no entendimento de que ao volume de problemas é necessário dar respostas ou, ao menos, fazer a resistência.

Esta pesquisa tem como objetivo interpretar as alianças do campo ambiental e artístico nos eixos estéticos e políticos. Nesse sentido entendemos que é preciso compreender os processos de entrelaçamentos dos campos ambientais e artísticos ocasionalmente em eventos e situações limite ou chave do cenário artístico e

ambientalista, mas também subjetivamente na forma como cada um entende e se apropria da arte e de conhecimentos acerca da educação ambiental.

Ainda em fase exploratória da bibliografia e construção conceitual, mas com algumas entrevistas realizadas com educadores ambientais no Brasil e países falantes da língua portuguesa, quer compreender os posicionamentos ambientalistas que podem, em grande medida estar impregnados desta antropofagia. Nas contradições próprias ao mundo da vida, se encontram pulsantes em seus discursos essa condição, por um lado emancipatória nos processos pedagógicos da Educação Ambiental e, por outro (em aliança), arrojados e inovadores na perspectiva vanguardista de uma arte engajada e, talvez por isso, ligada às forças vitais.

É possível que, a um primeiro movimento antropofágico que incorpora e ressignifica estéticas ambientais e artísticas (visíveis e audíveis em letras, cenas e músicas) se dê um segundo movimento antropofágico em que “ambientalistas devoram artistas”.

ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este colapso socioambiental que vem aos poucos, mas de maneira cada vez mais acelerada, se instalando no planeta, também apresenta sua interface no campo artístico e reconhecíveis nos sinais de recrudescência acentuados pela globalização (CANCLINI, 2008) ou mundialização (ORTIZ, 2000) e profundamente estudados pela escola crítica de Frankfurt no viés da produção de cultura de massa através do engendramento da indústria cultural como mecanismo de dominação (ADORNO, 2002).

Ora, os processos de oposição e resistência à cultura dominante, no campo estético de maneira geral, são conhecidos como contracultura e têm origens históricas no campo artístico em projetos vanguardistas e em franco diálogo com a intelectualidade. Importante destacar que, em São Paulo na década de 1920, portanto anterior à Segunda Grande Guerra, os intelectuais da época, entre eles Oswald de Andrade, iniciam o movimento modernista brasileiro (em seu seio a Antropofagia) que impulsionou artistas da contracultura neste e em períodos posteriores em movimentos mais ou menos organizados (na música, a Tropicália; no teatro, Teatro do Oprimido, Teatro Total, Teatro Marginal; na poesia, o Concretismo; nas publicações, A Flor do Mal, O Pasquim; no cinema, o Cinema Novo).

Esses movimentos de contracultura vão, em alguma medida, tanto enriquecer o vocabulário e o discurso ambientalista que se seguirá, quanto dialogicamente

demonstrar a maneira como o movimento ambientalista brasileiro difere substancialmente de outros movimentos em outros países e continentes em virtude da forma como se imbricam movimentos artísticos e ecológicos.

Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007) o movimento ambientalista brasileiro obedece a ativação e atuação em dois diferentes campos: macro político e micro político. Primeiramente na forma como a agenda ambiental penetra diferentes organizações políticas (governamentais e partidárias) a partir do marco oficialmente conhecido ou reconhecido como fundante das discussões ambientais (Estocolmo em 1972). Segundo na atuação e constituição do que denominam “identidades coletivas” sensibilizadas com as discussões ambientais, reorganizando-se em torno de instituições, partidos políticos e autarquias, mas ainda reativamente à proposta que se tornará nos anos seguintes o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), proposto pelo Relatório Brundtland.

Ainda que se possa concordar com alguns pontos em relação à história do ambientalismo brasileiro, uma série de lacunas em relação ao fortalecimento de uma proposta de educação ambiental mais abrangente (quicá antropofágica) é perceptível. Na medida em que observamos mais de perto os diálogos entre educação ambiental e arte na transição dos anos de ditadura para a reconstrução da democracia no Brasil percebemos aproximações também entre a estética ambiental e discurso político, porém sempre na marginalidade. Identificamos em setores musicais contraculturais discursos contrários ao DS, de forte crítica ao modelo desenvolvimentista, denunciando mazelas socioambientais e que incorporam estéticas e poéticas próprias de expressões artísticas comunitárias a este discurso profundamente politizado.

ANTROPOFAGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pesquisas estudando e/ou relacionando Educação e Antropofagia (AGNOLIN, 2002; BARCELOS; SILVA, 2008 e 2010; COSTA, 2011a) fazem algumas afirmações interessantes na perspectiva de um processo dialético entre educação e antropofagia; entre uma perspectiva cultural na forma como arte, ambiente e educação através de seus sujeitos “devoram” a realidade e a expressam; e, também, crítica, política, estética e filosófica. Aqui a forma como Oswald de Andrade atuou como defensor de uma tese (mais ou menos articulada e sistematizada) em torno da qual a Antropofagia seria uma forma de ver e representar o mundo a partir da vassalagem à cultura nativa.

Ao mesmo tempo, da completa e total “digestão” de qualquer outra cultura de maneira que esta não pudesse mais sobrepor-se à cultura local, mas ser dela tributária, ideia que vai ao encontro dos processos multiculturais expressos em Bhabha (1998) por um lado, mas traz em seu interior dois eixos bastante definidos que poderiam compor uma base filosófica da antropofagia oswaldiana não fosse o fato de que ela em si não possuía um rigor filosófico de base epistemológica, mas tão somente posicionamentos bastante críticos em relação à forma como a sociedade se constituiu. Nesse sentido, Oswald de Andrade compôs um pensamento cujos pares de opostos (masculino-feminino; patriarcado-matriarcado; moderno-primitivo, entre outros desdobramentos) juntamente com uma noção utópica consistiram no cerne do que Costa (2011) chamou, num primeiro momento, de Antropofagia Crítica e em que Barcelos e Silva (2008), numa perspectiva pedagógica denominam Antropofagia Cultural Brasileira (ACB), entendendo como prenhe de um vigor educativo.

Na perspectiva socioambiental enquanto um dos campos conceituais e políticos que compõe a Educação Ambiental, as implicações identitárias abarcam as dimensões da colonialidade e da formação do “brasileiro”. Primeiramente na disjunção dos sentidos e acepções de canibalismo e antropofagia em correlação com expropriação e apropriação respectivamente. Para José Jorge de Carvalho (2003), por exemplo, a forma como algumas pesquisas em etnomusicologia instrumentalizam o Estado para fortalecimento ou favorecimento dos processos de degradação cultural se constitui como canibalismo.

A antropofagia pertence a um contexto cultural de alimentação circunscrita numa estrutura altamente ritualizada onde um ser humano servirá de alimento a outro que, salvo ressalvas, tem plena consciência de que também será alimento. Portanto, o sagrado no nível do sistema de trocas simbólicas (MAUSS, 2001) é um componente que complexifica a relação ao invés de simplifica-la. O outro, no compartilhamento de códigos, deste em particular, está envolto em e por nomos singulares (BERGER, 1985). Por outro lado o canibalismo difere apenas por tratar-se de uma cadeia de acontecimentos meramente predatórios, visando a satisfação de um prazer ou necessidades imediatas conforme denotações em Quadros (2012).

A proposta antropofágica se aproxima do romantismo enquanto busca de elementos nativos, mas difere daquele na medida em que aquilo que é buscado deve possuir vitalidade, ou seja, estar ligado às forças vitais por suas relações com trabalhos ecossistêmicos de cultura. A garantia desta vitalidade, força e originalidade por

exemplo, deve conter, além destes aspectos primordiais, possibilidades estéticas e, portanto, artísticas.

Segundo Maltz (1993) a Antropofagia Oswaldiana se estabelece como resistência no campo artístico à ordem hegemônica, colonialista e, portanto, daquilo que a colonização trouxe em suas caravelas, inclusive, por óbvio num eloquente processo de dominação. A assimilação se daria pela digestão ou deglutição para que essa cultura, em vias de ser “dominada”, fizesse uma absorção dialética que resultasse num elemento abrasileirado, incorporado a nossa identidade, inclusive fortalecendo-a.

Consideremos, então, pontos de intersecção entre Antropofagia Oswaldiana e Educação Ambiental onde a primeira é a um só tempo metafórica, diagnóstica e terapêutica. Metáfora orgânica da antropofagia ritual do outro apresado e devorado, portanto de toda a cultura forjada neste solo e que, ainda em construção, em digestão, necessita ser recorrentemente apropriada e devorada. Diagnóstico da sociedade brasileira, melhor dizendo, das sociedades brasileiras em suas dinâmicas seja de afirmação da colonialidade seja do processo de descolonialidade em continuidades e rupturas até mesmo da própria antropofagia (e porque não dizer da educação ambiental?). Terapêutica em busca de devorar tudo que tem sido autêntico, produzido aqui.

Ora, existe uma educação ambiental a ser criticada é aquela em que os preceitos normalmente advindos do Desenvolvimento Sustentável são meramente modelos subjacentes à macroeconomia e baseados em reforço e reprodução de uma base ideológica em toda sua extensão. Uma observação crítica entende como esses modelos oprimem populações que não se alinham a lógicas ou racionalidades modernas e desenvolvimentistas, sobretudo na perspectiva do agronegócio vinculado ao PIB como indicador unívoco, por isso inquestionável.

Como terapêutica, também apoia-se no Tratado de Educação Ambiental enquanto referência que oferece outras formas de entender organizações sociais, culturais que não se orientam pelos modelos adotados, melhor dizendo, preconizados pelo capitalismo em suas variadas formas. Neste ponto a EA deve suplantar sua condição crítica para avançar antropofagicamente na devoração de fazeres e saberes biorregionais e de grupos sociais em toda sua complexa organização e concepção espacial, artística, mitológica, ambiental.

Ainda mais se esta educação ambiental apregoa que as transformações necessárias à sustentabilidade só podem ser realizadas mercê de uma percepção do

caráter complexo dos problemas ambientais. Estes problemas não são, nem de longe, meramente processos de degradação da natureza, mas antes fruto de um profundo descompasso entre desenvolvimento econômico e injustiça socioambiental. Para a Antropofagia de Oswald renega-se o patriarcado enquanto princípio ou paradigma de organização social e econômica, para recuperar a condição sociocultural autêntica baseada no matriarcado que, para este autor, seria a condição necessária a um sistema igualitário (MALTZ, 1993; NUNES, 1978).

Tanto nesta EA (se pós-crítica) quanto nesta conceituação de Antropofagia há um horizonte utópico (heterotópico?) de bem-estar subjetivo/coletivo que busca no combate aos elementos externos (patriarcais?) e num vislumbre de elementos opostos (matriarcado?) formas de organização e de pensamento fortemente relacionados com as forças vitais e da tradição lunar na oposição totem-tabu (MALTZ, 1993).

Isso leva à necessidade de pesquisa dos processos históricos da EA fora do Brasil e saber o quanto a devoração está presente e o quanto a crítica e a reconstrução está introjetada. Nesse caso, a reinauguração dos marcos legais e datas históricas que, claro, se aliam a um campo epistemológico, refundam a EA dando-lhe outro sentido: nexos / direção? Sim. Penso que sim.

A Antropofagia Oswaldiana, embora próxima ao idealismo de Montaigne e ao positivismo de Rousseau, também estaria muito próxima da proposta Dada, porém supera estas propostas não como algo melhor, mas como um paradoxal senso/contrassenso. Na medida em que se propõe crítica e política, além da estética, coloca o construtivismo como perspectiva numa aposta de futuro contrária ao niilismo Dada em que a corrosão é apenas destrutiva (MALTZ, 1993): TABU TRANSFORMA-SE EM TOTEM.

A ausência de um discurso linear em que ou onde o fragmentário existe ou impera, cria possibilidades de intersecção e diálogos entre a EA e a AO, na coabitação entre as disjunções indústria-preguiça; dança-cidade; “cultura autóctone-modernidade” (MALTZ, 1993, p. 36). Apontam também para o mundo da vida e suas potencialidades na recusa a um modelo e seu discurso unívoco, inclusive nas formas de desconstrução do que houver de ufanista, de patriótico em termos de exaltação à ideia de um território moderno: NAÇÃO.

METODOLOGIA

A fenomenologia de Merleau-Ponty (1971; 2013) é eleita como base metodológica de investigação na pesquisa em função do caráter exploratório do campo pesquisado que, embora preche de pressupostos e conhecimentos acerca do tema, possui espaços inexplorados que desejamos territorializar (HAESBAERT, 2005). Tais pressupostos e conhecimentos acerca da Educação Ambiental se fundam também num campo fenomenológico no vivido do pesquisador e, por óbvio, dos sujeitos pesquisados, mas que servem apenas de apoio durante o trajeto, mais como vivência do que uma experiência que apoie doutrinas ou certezas irrefutáveis.

Adotamos entrevistas semiestruturadas e não estruturadas buscando a emergência de aspectos da Educação Ambiental que não são exatamente pautas da pesquisa sobretudo de maneira inequívoca e monolítica. Em outras palavras, a compreensão do funcionamento do campo ambiental, dos fazeres ligados à ela, dos saberes necessários que a operacionalizem e viabilizem, foram questões chave. Contudo não houve referência ou indução ao caráter específico, pelo contrário, oferecemos ao pesquisado a possibilidade de dissertar sobre sua vivência no tocante à percepção e à forma como se move dentro do campo ambiental.

Nesse sentido apostamos que toda a fala refletiu e retratou a realidade e esteve também portadora de outras vozes naquele momento e foi assim que o caráter dialógico e de vivências de pesquisador e pesquisado permitiram ampliar os processos de conversação entre um e outro – na medida do grau de conhecimento e reconhecimento do pesquisador em relação à pesquisa e aos elementos que a compõe -, avançando e entrelaçando objetividade e subjetividade (BERGER, 1985).

No campo do interacionismo simbólico, por exemplo, apenas entre seres humanos a relação pode ser dialógica na construção do sujeito e de seu conhecimento, porém a forma como este pesquisador entende o campo fenomenológico na Educação Ambiental a relação do sujeito com o ambiente enquanto fenômeno também é dialógica já que os componentes noéticos do ambiente se relacionam com os aspectos noemáticos da consciência (HUSSERL, 1996). Relação que trafega entre os campos abstrato e concreto, embora esse não seja exatamente o ponto central da discussão e, sim, a unidade entre o objeto e o ato de conhecer, na medida em que à existência da consciência se oporia a inexistência de um objeto, visto que seus atos constituintes não poderiam acontecer.

Por outro lado é preciso concordar que a aprendizagem está implícita na pesquisa na medida em que transborda, no diálogo entre sujeito pesquisador e sujeito

pesquisado, o próprio conhecimento se antropofagicamente produzido ou seja, se retirada certa condescendência acadêmica como ponto fulcral desta relação.

RESULTADOS PRELIMINARES

Oswald de Andrade, ao propor a Antropofagia como base filosófica (sua tese) a ser perseguida como horizonte possível de uma brasilidade (cultural?) toma alguns autores como ponto de partida tomando de empréstimo aspectos de suas bases conceituais a partir de uma leitura particularizada e com vistas à construção de sua própria ideia de Antropofagia. O problema reside no fato de que Oswald não foi capaz de dar um *corpus* à Antropofagia proposta e esta inconsistência preponderou sobre sua proposta acadêmica que não provinha de uma visada antropológica, literária ou política, embora possuísse aspectos desses campos.

Dito de outra forma, há formas de desconstrução que preveem uma a) Reinvenção da descoberta e b) realocação da “fundação” da EA retirando-a do marco oficial para o lugar da “marginália” que significam e ressignificam processos antropofágicos oswaldianos em termos do que se denomina devoração com posterior “assimilação crítica dos valores transplantados pelo colonizador” (MALTZ, 1993, p. 11).

Rescaldar o rescaldado, através da devoração.

O romantismo europeu contém em sua formação certo primitivismo, a selvageria como contraponto à arte passadista (talvez por esgotamento de materiais, estéticas, políticas, conceituais). Por outro lado a motivação modernista (expressa em Dada e no Surrealismo) tem muito mais um caráter psicologizado e calcado nas forças vitais, no mágico, no sagrado, nos mitos. É aqui que a Antropofagia Oswaldiana entra em cena, fundamentada na devoração do caráter mítico-mágico das coisas, da realidade, da cultura e na oposição primitivo/acadêmico, reunindo, então, a forma e o conteúdo respectivamente.

Como apontado anteriormente, a bibliografia revela o quanto a concepção antropofágica influenciou diversos movimentos artísticos posteriormente, mas não se revelou vigorosa num processo de construção de consciência através da música, por exemplo, como afirmou Caetano Veloso (TEIXEIRA, 1993). Contudo, se este processo não foi exitoso, tampouco o foi o campo educativo e educacional no “despertar” de cidadãos críticos, como afirma inclusive a educação ambiental pós-crítica ao alertar para

as fragilidades expressas num pensamento unívoco e monolítico que se consolide em sucesso tão somente e não considere as trajetórias em sua importância (SATO, 2001).

Ocorre que em um e outro caso a Antropofagia, no sentido da devoração da realidade para fortalecimento, não se estabeleceu em fazeres e saberes de maneira eficaz, mais do que perene. Importante ressaltar que este processo está em construção e, claro, se fenomenológico e pós-crítico, se configura (desconfigura?) em sua incompletude e dinamismo menos em oposição à intervenções críticas e mais para assumir uma postura flexível em relação aos problemas atuais e às respostas que se exigem. Esta flexibilidade se observa em articulações de vários níveis e instâncias, de maneira tática com maior mobilidade entre espaços da sociedade civil; de luta; enlaces de grupos e movimentos sociais, sociedades tradicionais e biorregionais; instituições do terceiro setor e, também, governos.

Nas entrevistas realizadas com sujeitos envolvidos com educação ambiental em seus países de origem (Moçambique, Angola e Portugal) notamos que houve rigidez no fluxo ou trânsito dos diferentes atores nas diversas instâncias, espaços e instituições envolvidas com a questão ambiental. Ela se traduziu na percepção de que cada uma dessas instâncias age segundo determinados princípios não bem identificados, mas com suas próprias normas que, no limite, subjazem ao campo jurídico ou posituação do direito ambiental (ou difuso).

Em países da língua lusófona, por exemplo, universidades e ONGs dialogam a partir de elementos concretos e de sujeitos atuantes, mas não participam suas decisões ou não contemplam em suas ações diálogos consistentes com pequenas comunidades ou o que Sato, Silva e Jaber (2014) denominam grupos sociais. Por outro lado, as formas de atuação junto ao poder público focam fortemente questões pontuais ou processos educativos de caráter reativo como na emergência de um problema de contaminação, por exemplo, o que indica que há pouca ou quase nenhuma crítica em relação ao modelo.

Também é muito comum observar o quanto as atuações decorrem de ações no campo jurídico, portanto positivado e normativo, e nunca em função de mobilizações sociais. É provável que estas articulações ocorram a partir de uma necessidade de defesa territorial (processos de intrusão estão em andamento) e, também, percebemos que a construção da educação ambiental nesses países caminha conjuntamente à construção da democracia que, diga-se de passagem, ainda é muito frágil e vulnerável.

Estes, por óbvio, são dados preliminares que estão sendo aprofundados em diálogos com outros educadores ambientais nestes e outros países, mas é mister afirmar que, ao serem indagados sobre o Tratado de Educação Ambiental todos os entrevistados ressaltam sua importância, porém todos os trabalhos e projetos levados a cabo têm como ponto central o Desenvolvimento Sustentável. Esta contradição, na perspectiva deste trabalho, considera que esta não é uma Educação Ambiental Antropofágica posto que não há devoração da realidade e processos de alimentação ritual expressos no Tratado, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGNOLIN, Adone. Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambá. **Revista de Antropologia**, ISSN 0034-7701, 45 no.1 São Paulo, 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012002000100005&script=sci_arttext Acesso em: 7 jul 2013.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, Cebrap, n. 79, p. 151-67, 2007.

BARCELOS, Valdo; SILVA, Ivete Souza da. Antropofagia Cultural Brasileira e educação: contribuições ecologistas para uma pedagogia da “devoração”. **Revista Poiésis**, Tubarão, n. 1, v. 1, p. 20-41, jan./abr. 2008.

_____; _____. Antropofagia Cultural Brasileira, Educação Ambiental e Sociopoética contribuições à Formação de Professores(as) numa perspectiva Intercultural. **Entrelugares: Revista de Sociopoética e Abordagens Afins**, v. 2, p. 25-42, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução José Carlos Barcellos. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. 4 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. La etnomusicología em tiempos de canibalismo musical. Una reflexión a partir de las tradiciones musicales afroamericanas. **Série antropologia**, n.335. Brasília, 2003. Disponível em: <www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm>. Acesso em: 11 ago. 2006.

COSTA, Tiago. Antropofagia Crítica. In: **Anais do XII Congresso Internacional Abralic: Centro, Centros – Ética, Estética**. Curitiba, jul. 2011.

_____. Aspectos do conceito de Utopia na filosofia antropofágica. **REVISTA PERIFERIA**, VOLUME III, Número 1, 2011a.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. p. 6774-6792.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas** - sexta investigação. Tradução de Zeljko Loparic e Andréa Loparic. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Pensadores).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MALTZ, Bina Friedman. Antropofagia: rito, metáfora e pau-brasil. In: MALTZ, Bina; TEIXEIRA, Jerônimo; FERREIRA, Sérgio. **Antropofagia e tropicalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

MAUSS, Marcel. **O ensaio sobre a dádiva**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins fontes, 1971.

_____. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

NUNES, Benedito. Antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, Oswald de. **Obras completas VI: do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUADROS, Aurora Cardoso de. Antropofagia e canibalismo no jornal O homem do povo. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 8, julho de 2012.

SATO, Michèle. Debatendo os desafios da educação ambiental. In: **I Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro**. Rio Grande: Mestrado em Educação Ambiental, FURG & Pró Mar de Dentro, 17-21/maio/2001.

_____; SILVA, Regina; JABER, Michelle. Between the remnants of colonialism and the insurgence of self-narrative in constructing participatory social maps: towards a land education methodology. **Environmental education research**, v.20, n. 1, 102-114, 2014.

TEIXEIRA, Jerônimo. O liquidificador de acarajés: tropicalismo e indústria cultural. In: MALTZ, Bina; TEIXEIRA, Jerônimo; FERREIRA, Sérgio. **Antropofagia e tropicalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.